



**REPÚBLICA DE ANGOLA**

**Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social**

## **CONSELHO CONSULTIVO**

# **CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES**

**I CONSELHO CONSULTIVO DE 2025**

**MAPTSS, 20 DE MARÇO DE 2025**

**COMUNICADO FINAL**



**GOVERNO DE  
ANGOLA**

**maptss.gov.ao**

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

**Sob a presidência de sua Excelência Ministra da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, Dra. Teresa Rodrigues Dias**, ladeada pelo vice-governador de Luanda para o Sector Económico, Jorge Minguês, ainda de suas Excelências Secretários de Estado para a Administração Pública, Dr. Domingos Filipe e para o Trabalho e Segurança Social, Dr. Pedro Filipe, respectivamente, deu-se início ao Primeiro Conselho Consultivo de 2025.

O Conselho Consultivo teve a participação de cerca de **129 pessoas**, entre Presidentes dos Conselhos de Administração e seus Administradores, Directores Nacionais e equiparados, Directores Gerais e Adjuntos dos Órgãos Superintendidos e Parceiros Sociais (CCIA, AIA, UNTA-CS, CGSILA e Força Sindical).

Contou ainda com a presença dos Chefes dos Serviços Provinciais do Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFOP), do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) e da Inspeção Geral do Trabalho (IGT), de Consultores e Chefes de Departamento.

A Sessão começou com palavras de boas-vindas do Vice-governador de Luanda para o Sector Económico, Jorge Minguês, que aproveitou o momento para solicitar a este Departamento Ministerial, mais engajamento para melhorar a prestação dos serviços da Administração Pública.

O Vice-governador de Luanda realçou que a realização do Conselho Consultivo acontece num momento crucial da Reforma Administrativa e espera que hajam novas proposta e desafios para dar caminhos e valências a Função Publica, tornando-as eficientes e contribuir para o desenvolvimento do país.

Posteriormente, procedeu-se ao Discurso de Abertura da sua Excelência Ministra da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, Teresa Rodrigues Dias, tendo enfatizado o objectivo do Conselho Consultivo e feito o balanço das actividades desenvolvidas em 2024, assim como perspectivar as acções para este ano, nos seguintes termos:

### **NO DOMÍNIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

1. A Escola Nacional de Administração e Políticas Públicas (ENAPP-EP) capacitou **34.216 (trinta e quatro mil, duzentos e dezasseis)** funcionários e agentes administrativos, nas diferentes áreas de formação, correspondendo **a um grau de execução 171%**, face a meta prevista de **20.000 (vinte mil)**, conforme o PDN 2023-2027;

2. Foi concluída e submetida à Comissão Permanente para Reforma do Estado, a Proposta de Decreto Presidencial, que aprova o Regulamento sobre o Sistema de avaliação de desempenho dos funcionários e agentes administrativos;
3. Foram atendidos em toda rede do Sistema Integrado de Atendimento ao Cidadão (SIAC) **3.000.000 (três milhões)** de utentes, com um grau de satisfação aceitável, **correspondendo o cumprimento de 85,7%**, face a meta prevista de **3.500.000 (três milhões e quinhentos mil)** utentes, conforme previsto no PDN.

### **NO DOMÍNIO DA ADMINISTRAÇÃO DO TRABALHO**

1. Com a nova Lei do Sistema Nacional de Formação Profissional, aprovada pela Decreto n.º 16/24, de 22 de Outubro, foi institucionalizado o Observatório Nacional de Emprego, onde foi implementado com sucesso o Fundo Nacional de Emprego de Angola (FUNEA), que já começou a financiar diversas iniciativas no domínio da promoção do emprego e a desembolsar subsídios de Estágios Profissionais;
2. Em relação a empregabilidade, desde Janeiro deste ano, foram gerados **18.850 (dezoito mil, oitocentos e cinquenta)** empregos, este dado, tem dado sinais de maior produtividade, por esta razão, o trabalho vai continuar, para que os empregos sejam estáveis e contribuam para o desenvolvimento das comunidades e criem renda para o sustento das nossas famílias, a fim de se evitar que muitas famílias se mantenham em condições de pobreza.
3. Foi destacada a requalificação do Centro Municipal de Empreendedorismo e Serviços de Emprego de Viana (CMESE), Centro Local de Empreendedorismo e Serviço de Emprego de Benguela (CLESE) e o Centro de Emprego do Lobito;
4. Foram encaminhados **3.340 (três mil, trezentos e quarenta)** cidadãos para o programa de estágios profissionais em empresas e instituições dos vários segmentos do mercado;
5. O Sistema Nacional de Formação Profissional formou cerca de **152.625 (cento e cinquenta e dois mil, seiscentos e vinte e cinco)** cidadãos, correspondendo ao grau de execução de **127% face a meta anual prevista, que era de 143.000 (cento e quarenta e três mil) formados;**

6. No âmbito da promoção da empregabilidade foram distribuídos **449 (quatro centos e quarenta e nove)** kits profissionais e concedidos **300 (trezentos)** microcréditos à pequenos empresários;

### **INSTITUTO NACIONAL DE QUALIFICAÇÕES (INO)**

A nível do **Instituto Nacional de Qualificações**, foram capacitados **25 (vinte e cinco)** técnicos em metodologias e instrumentos de orientação ao longo da vida e Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, foram ainda capacitados **1.050 (mil e cinquenta)** técnicos em metodologias de acreditação de entidades formadoras e equivalências profissionais, assim como procedeu-se a elaboração de **17 (dezassete)** qualificações profissionais;

### **INSPECCÃO GERAL DO TRABALHO (IGT)**

Com a Inspeção Geral do Trabalho (IGT) foram realizadas **9.370 (nove mil, trezentas e setenta)** acções inspectivas, no âmbito técnico e social às empresas dos diferentes ramos de actividades, durante a Operação Trabalho Digno, correspondendo ao grau de execução de **130,1%, face a meta de 7.200 (sete mil e duzentas) acções inspectivas, previstas para o ano de 2024.**

Para melhorar o quadro, a IGT, este ano, vai dar sequência a Operação Trabalho Digno, de modo a dar continuidade ao combate das empresas que insistem no incumprimento e inobservância da Lei Geral do Trabalho (LGT), dando destaque a situações deploráveis, em termos de condições péssimas de trabalho, assim como de higiene e saúde dos trabalhadores, corporizando a chamada escravatura moderna.

### **NO DOMÍNIO DA PROTECCÃO SOCIAL OBRIGATÓRIA**

O Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), através da **Protecção Social Obrigatória**, inscreveu mais **21.062 (vinte e um mil, sessenta e dois) contribuintes**, correspondendo ao grau de execução de **210,6%, face a meta de 10.000 contribuintes por ano, conforme o PDN.**

De igual modo, foram registados mais **256.623 (duzentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e vinte e três)** novos segurados, correspondendo ao grau de execução de **58,3%, face a meta de 440.000 (quatrocentos e quarenta mil)** novos segurados previstos para o ano de 2024, conforme o PDN.

## Excelências

A ministra aproveitou a ocasião para dirigir uma palavra de cortesia e reconhecimento, aos Parceiros Sociais, com destaque as 3 **(três)** Centrais Sindicais, cuja actuação tem se mostrado imprescindível para uma boa harmonia social, permitindo que tenhamos Políticas Públicas, voltadas para o trabalho e bem acolhidas, a fim de trazerem a justiça social, para os trabalhadores em geral.

A titular do MAPTSS referiu que a longa e frutífera negociação mantida entre o Executivo e as Centrais Sindicais ao longo do ano de 2024, prevaleceu o bom senso das partes, face as condições económicas e financeiras que o país atravessa, tendo resultado na efectivação do recente aumento salarial de 25%, em toda a Função Pública.

Teresa Rodrigues Dias considerou um processo árduo, em que as partes se mostraram engajadas, no reconhecimento e valorização do Capital Humano na Função Pública, porém, foi também uma demonstração inequívoca, da preocupação do Executivo, com a melhoria das condições sociais dos Funcionários Públicos, através do aumento do poder de compra das famílias.

A ministra deixou claro, que o trabalho de identificação dos pontos de melhoria das condições salariais dos Funcionários Públicos, continua em curso por via do Roteiro para Implementação da Nova Arquitectura Remuneratória da Administração Pública (RINAR), que tem como grande objectivo promover a harmonização e o reforço das normas e práticas dos Organismos Públicos, em relação aos salários e demais benefícios, garantindo assim maior valorização do Capital Humano da Administração Pública.

Ainda na senda das grandes realizações, a ministra lembrou que foi inaugurado no passado dia 2 de Agosto, de 2024, o Escritório-País da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em Luanda, uma infra-estrutura que serve de apoio aos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP).

Na presente edição do Conselho Consultivo, foram abordados três temas, com igual número de moderadores e oradores, em que foi possível levar os participantes à reflexão dos seguintes temas:

- **Tema 1:** A valorização do Capital Humano na Administração Pública;
- **Tema 2:** Implementação do Sistema Nacional de Qualificações na República de Angola;
- **Tema 3:** Observatório Nacional de Emprego no Actual Contexto do Mercado de Trabalho.

## **CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES**

Os participantes do Conselho Consultivo concluíram que as intervenções e discussões de trabalho, foram de uma forma geral, corridas, abertas e contributivas, sendo que as preleções e interações, permitiram recomendar o seguinte:

### **NO DOMÍNIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

- Continuar o Programa de Reforma da Administração Pública (PREA);
- Construir e apetrechar 2 (**duas**) unidades do Serviço Integrado de Atendimento ao Cidadão (SIAC), nas províncias do Bié e Luanda;
- Concluir e implementar o Sistema de Gestão de Recursos Humanos da Administração Pública, que permitirá uma gestão do Capital Humano mais eficiente, a nível Central e Local.
- Continuar a formação e superação Técnica Profissional de Funcionários e Agentes Administrativo

### **NO DOMÍNIO DA ADMINISTRAÇÃO DO TRABALHO**

- Continuar a implementar a nova Arquitectura Remuneratória;
- Continuar a operacionalização do Fundo Nacional de Emprego;
- Construir o Pavilhão de Formação Profissional de Artes e Ofícios do Ramiro, na província de Luanda;
- Continuar com o Programa de Revitalização, Expansão e Modernização dos Centros e Serviços de Emprego (PREMCSE);
- Implementar os projectos e programas constantes na Agenda Nacional para o Emprego;
- Consolidar o Programa de Sustentabilidade e Gestão da Segurança Social.
- Efectivar o processo de implementação da oferta formativa de Dupla Certificação e os processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competência (RVCC);

- Aposta inequívoca no Capital Humano, através da capacitação dos Funcionários Públicos na Administração Pública;
- Saudar o início das actividades do Observatório do Emprego.

**Luanda, 20 de Março de 2025**